



CEAD
Centro de Educação
Aberta e a Distância



DEETE
Departamento de
Educação e Tecnologias

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP/CEAD.

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

MARA LIZ SILVA

**AVALIAÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NAS ESCOLAS
PÚBLICAS BRASILEIRAS: IMPACTOS DA ANA E PROVA BRASIL NA
QUALIDADE EDUCACIONAL.**

ARAGUARI/MG

2024

MARA LIZ SILVA

**AVALIAÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NAS ESCOLAS
PÚBLICAS BRASILEIRAS: IMPACTOS DA ANA E PROVA BRASIL NA
QUALIDADE EDUCACIONAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pedagogia do Centro de Educação Aberta e a Distância da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Gláucia Maria
dos Santos Jorge

ARAGUARI/ MG

2024



FOLHA DE APROVAÇÃO

Mara Liz Silva

Avaliação da alfabetização e letramento nas escolas públicas brasileiras: impactos da ANA e Prova Brasil na qualidade educacional

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia (CEAD) da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia

Aprovada em 06 de dezembro de 2024

Membros da banca

Profa. Doutora - Gláucia Maria dos Santos Jorge - Orientador - Universidade Federal de Ouro Preto
Profa. Doutora - Rosângela Márcia Magalhães - Universidade Federal de Ouro Preto
Prof. Mse. Danilo Ornelas - Universidade Federal de Minas Gerais

Gláucia Maria dos Santos Jorge, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 06/12/2024



Documento assinado eletronicamente por **Gláucia Maria dos Santos Jorge, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 13/12/2024, às 05:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0828161** e o código CRC **9C36BD6F**.

AGRADECIMENTOS

A realização deste Trabalho de Conclusão de Curso teve a participação de várias pessoas, as quais gostaria de agradecer pela dedicação, paciência e orientações.

Agradeço à minha orientadora Gláucia Maria dos Santos Jorge, pelo empenho, empatia e orientações para realização e conclusão deste trabalho.

Agradeço aos meus familiares por estarem sempre ao meu lado e em especial, à minha filha Ana Liz e minha avó Marise (*in memoriam*), por sempre apoiarem meus sonhos e por me estimularem a ser uma pessoa melhor. Sou muito grata a todos vocês.

Agradeço também a Deus, por ser o meu sustento e por me dar forças para me levantar todos os dias. Obrigada, meu Deus!

RESUMO: Este artigo aborda as avaliações em larga escala aplicadas nas escolas públicas do Brasil: Prova Brasil e a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), realizadas durante o período de alfabetização. O objetivo geral é identificar os desafios e os efeitos que elas causam nas escolas e na vida dos estudantes. Os objetivos específicos destacam o planejamento, aplicação e análise dos resultados dessas avaliações e suas contribuições. A metodologia utilizada é de base qualitativa e de revisão bibliográfica, sendo feita análise documental dos documentos produzidos para aplicação da Prova Brasil e da ANA e dos resultados produzidos. Os resultados indicam que é necessário repensar a lógica dos rankings e das médias institucionais, buscando uma avaliação que vá além dos números e que efetivamente promova transformações no processo ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Avaliação externa. Alfabetização. Prova Brasil. Avaliação Nacional de Alfabetização.

ABSTRACT: This article addresses the large-scale assessments applied in public schools in Brazil: Prova Brasil and the National Literacy Assessment (ANA) carried out during the literacy period. The overall objective is to identify the challenges and the effects they cause in schools and in the lives of students. The specific objectives highlight the planning, application and analysis of the results of these evaluations and their contributions. The methodology used is qualitative and bibliographic review, with documentary analysis of the documents produced for the application of Prova Brasil and ANA and the results produced. It is hoped that this project contributes to the literacy process, since we live in a diverse country and an evaluation of this can generate very relevant data to improve this process.

Keywords: External evaluation. Literacy. Prova Brasil. National Literacy Assessment.

SUMÁRIO

Introdução	7
Metodologia	10
Avaliações em larga escala no Brasil: reflexões necessárias.	12
Conclusão	15
Referência Bibliográfica	17

1 INTRODUÇÃO

Abordar a avaliação da Alfabetização e Letramento nas escolas públicas do Brasil é bastante desafiador. Estabelecer formas de avaliar os estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental por meio de avaliações nacionais requer que as avaliações sejam eficientes e contemplem diferentes competências e habilidades dos discentes. As avaliações devem também propiciar a eles vivências de processos avaliativos que estejam focados em promover a formação integral de todos os envolvidos neste processo.

Esta pesquisa teve como objetivo estudar a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) e a Prova Brasil – avaliações aplicadas pelo governo – para tentar compreender se e como elas contribuem efetivamente para com essa formação integral das crianças. Para isso, analisamos os resultados dessas avaliações, se elas colaboram de forma concreta nas experiências proporcionadas em sala de aula, na promoção de um processo ensino-aprendizagem de qualidade para todos.

A ANA - Avaliação Nacional de Alfabetização - foi desenvolvida em 2013 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), com a intenção inicial de avaliar os estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental da rede pública (zona urbana e rural). O intuito era a aplicação anual de uma avaliação global a esses estudantes, fazendo a verificação da alfabetização e letramento em Língua Portuguesa e alfabetização em Matemática. A avaliação contempla 20 testes em Língua Portuguesa, sendo 17 de múltipla escolha e 3 dissertativos; já em Matemática, são 20 testes de múltipla escolha. A partir de 2019, a avaliação começou a ser aplicada para o 2º ano, pois de acordo com a Base Nacional Comum Curricular, essa é a fase de conclusão do ciclo da alfabetização.

Por ser uma avaliação em larga escala, são elaboradas matrizes de referência para cada prova, e assim são feitos recortes tendo como base questões técnicas, políticas e pedagógicas. Nessa avaliação é considerada a aprendizagem dos alunos, bem como aspectos relativos à escola, seus profissionais e ao sistema escolar. As matrizes seguem embasamentos

formulados pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), Conselho Nacional de Educação (CNE), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e Secretarias de Educação.

Já a Avaliação Nacional de Rendimento Escolar (ANRESC), conhecida como Prova Brasil, foi criada em 2005, também pelo INEP, e posteriormente passou a integrar o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Esta avaliação busca informações sobre a qualidade do ensino nas escolas públicas, sendo aplicada em cada município e escola. É aplicada de dois em dois anos e examina os estudantes nos conteúdos de Língua Portuguesa (com ênfase em leitura) e Matemática (focada na resolução de problemas).

O público dessa avaliação são estudantes do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental, e sua formulação baseia-se em selecionar habilidades das duas disciplinas citadas, seguindo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e os currículos disponibilizados nas Secretarias Estaduais de Educação, além da consulta aos livros didáticos mais solicitados nas redes públicas e privadas. Assim formam as Matrizes de referência, com todas as competências e habilidades necessárias às turmas a serem avaliadas.

As provas são elaboradas em cadernos que utilizam o método BIB (Blocos Incompletos Balanceados), com a mesma quantidade de questões. No 5º ano o estudante responde no caderno de provas a 2 blocos de Matemática, cada um com 11 questões, e 2 blocos de Língua Portuguesa, com o mesmo número de questões. Para o 9º ano os blocos dos cadernos de prova contêm 26 questões de Língua Portuguesa e 26 de Matemática. Além dessas questões, os alunos respondem também a um questionário com abordagem socioeconômica e cultural, para que sejam feitas posteriormente análises sobre como as condições de cada um podem interferir nos resultados (Brasil, 2011).

Na ANA, os resultados são comunicados de forma global, contendo apenas o nome da instituição de ensino e o estado em que está localizada; são feitas publicações que informam dados quanto à alfabetização em nível nacional,

não é feita a exposição de dados particulares dos alunos. Já na Prova Brasil, sua investigação e resultados baseiam-se na Teoria de Respostas ao Item (TRI) e são divulgados tendo como foco a unidade escolar e não os alunos em particular.

A aplicação da ANA a da Prova Brasil envolve todos os alunos do Ensino Fundamental. Sendo assim, temos resultados em grande escala e que, por serem resultados gerais das instituições (e não em particular dos alunos), é possível que não sejam totalmente fiéis à realidade, visto que é a média geral que produzirá o resultado, assim como as novas estratégias a serem utilizadas e os benefícios que as escolas receberão.

Entender esses resultados é de grande relevância para que os sistemas educacionais possam se aprimorar e apresentar melhorias: “[...] ter uma visão de cada escola a fim de conhecer os pontos fortes e eficazes do seu trabalho, bem como detectar os pontos frágeis, para subsidiar as discussões a respeito dos caminhos que podem ser trilhados para a superação das dificuldades encontradas” (Brasil, 2011, p. 20).

Entretanto, sabemos que muitas vezes os resultados não se apresentam como positivos por variados motivos, entre eles, podemos destacar a não compreensão dos alunos daquilo que é pedido na avaliação, pois em muitos casos a sua alfabetização não foi concretizada, ou o aluno não entende a forma como a questão foi aplicada, ou há cálculos que não foram assimilados e, principalmente, pelas particularidades pessoais de cada aluno no momento de aplicação, que também interferem na resolução e resultados gerais das provas.

Ignorando essas variáveis, os resultados podem interferir diretamente na vida dos estudantes e na dos professores, pois notas consideradas baixas já categorizam a escola num conceito inadequado, sem que se faça um trabalho detalhado de analisar o real motivo de não se ter conseguido um “conceito A” na aplicação, além de que o contexto socioeconômico, a localização das escolas, o formato das avaliações, a pressão vivida pelos professores, também colaboram para produzir dados que não são reais.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa com base em uma revisão bibliográfica. A escolha pela análise documental como técnica central se deu por sua capacidade de proporcionar uma compreensão aprofundada dos fenômenos estudados, por meio de uma leitura cuidadosa e sistemática de diferentes tipos de documentos. Esses documentos podem variar amplamente, incluindo textos escritos, registros, relatórios, arquivos, jornais, cartas, e-mails e até mesmo conteúdo de sites. O propósito maior dessa análise foi identificar padrões, temas e categorias que pudessem ajudar a responder às questões centrais da pesquisa, ou mesmo verificar as hipóteses formuladas, como preconiza Bardin (1970).

A pesquisa qualitativa, por sua própria natureza, busca ir além da superfície dos números e das estatísticas. Ela se volta para o entendimento dos fenômenos sociais a partir do olhar de quem está envolvido, mergulhando em contextos complexos e muitas vezes subjetivos. Diferentemente da abordagem quantitativa, que se foca em mensurar e quantificar variáveis, a qualitativa valoriza a profundidade dos dados textuais e o contexto em que estão inseridos. Dentro desse espectro, a análise documental se apresenta como uma ferramenta valiosa, oferecendo uma base sólida de evidências ao reunir informações detalhadas e confiáveis de diversas fontes (Ludke e André, 1986).

A condução da análise documental nesta pesquisa, observados os limites de tempo que tivemos para realizá-la, envolveu algumas etapas essenciais. Primeiro, foi necessário selecionar os documentos que serviram como base. Para isso, adotamos critérios claros: priorizamos publicações dos últimos dez anos, garantindo que as informações fossem atuais e relevantes. Além disso, buscamos garantir trabalhos de autores reconhecidos na área da pesquisa que dialogassem com o campo da educação, políticas educacionais e questões socioeconômicas. As fontes consultadas foram amplas, incluindo bibliotecas digitais como Scielo e Google Scholar, bases de dados acadêmicos como a CAPES, além de arquivos físicos e *online* provenientes de instituições de pesquisa, órgãos governamentais e ONGs.

Com os documentos selecionados, o próximo passo foi organizá-los de maneira sistemática. Esse processo envolveu a criação de uma base de dados robusta, complementada pela produção de fichamentos, resumos e resenhas. Registramos informações essenciais como o título, o autor, a data de publicação e a fonte de cada documento. Esse cuidado com a organização foi crucial para garantir que o material estivesse facilmente acessível durante as fases de análise.

A leitura e análise dos documentos foi dividida em duas etapas complementares. Inicialmente, realizamos uma leitura exploratória, com o objetivo de obter uma visão geral do conteúdo e identificar quais partes seriam mais relevantes para os objetivos da pesquisa. Em seguida, aprofundamos esse processo com a leitura analítica, focando nos trechos mais significativos. Nessa etapa, anotamos detalhadamente algumas observações, sublinhamos pontos importantes e registramos *insights* que emergiram do material. Para organizar os dados, desenvolvemos um sistema de codificação manualmente, com grifos nos textos consultados.

Essa metodologia permitiu que a pesquisa alcançasse um controle no nível de rigor e consistência, ao combinar uma coleta cuidadosa de informações com uma análise detalhada e bem estruturada. Dessa forma, conseguimos não apenas entender os fenômenos estudados, mas também oferecer contribuições significativas ao campo em que estes se inserem. A metodologia delineada foi cuidadosamente aplicada para responder aos objetivos da pesquisa, que buscou compreender e avaliar a alfabetização e o letramento nas escolas públicas brasileiras, com base nos impactos de iniciativas como a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) e a Prova Brasil. Essa abordagem permitiu uma análise profunda de diferentes aspectos relacionados ao tema.

O primeiro passo envolveu a identificação dos fatores que contribuem para as dificuldades de aprendizagem em leitura e escrita nos anos iniciais do ensino fundamental. Por meio da análise de uma ampla gama de documentos — como artigos científicos, teses, dissertações e relatórios de pesquisa —, emergiram padrões e fatores relevantes. Esses dados permitiram compreender melhor os desafios enfrentados por alunos e educadores no processo de alfabetização.

Além disso, a metodologia incluiu uma investigação detalhada das práticas pedagógicas e intervenções realizadas nas escolas para mitigar essas dificuldades. Foram estudados documentos que descrevem essas práticas, avaliando suas estratégias e eficácia com base nas evidências disponíveis na literatura. Essa etapa revelou não apenas as abordagens pedagógicas implementadas, mas também a necessidade de adaptações e melhorias que possam gerar melhores resultados.

Outro aspecto central da pesquisa foi a análise da influência de fatores externos no desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita. A partir de estudos e relatórios de instituições renomadas, examinamos como o ambiente familiar e as condições socioeconômicas afetam o desempenho escolar dos alunos. Essa perspectiva mais ampla ajudou a contextualizar as dificuldades de aprendizagem em um panorama que ultrapassa os limites das salas de aula.

Por fim, voltamos nossa atenção para a avaliar a aplicação e o impacto das políticas educacionais. Documentos relacionados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e à Política Nacional de Alfabetização (PNA) foram analisados com profundidade. Estudos de caso e relatórios de avaliação dessas políticas ajudaram a compreender como suas diretrizes têm influenciado as práticas pedagógicas e os resultados escolares. Assim, foi possível identificar avanços, limitações e os caminhos que ainda precisam ser trilhados para garantir uma educação de qualidade para todos.

Essa metodologia, ao integrar diversas dimensões do processo de alfabetização e letramento, proporcionou uma visão abrangente e fundamentada, essencial para contribuir com reflexões e propostas que possam impactar positivamente a educação pública brasileira.

3 AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA NO BRASIL: REFLEXÕES NECESSÁRIAS

Diante das reflexões apresentadas sobre as avaliações em larga escala no Brasil, como a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) e a Prova Brasil, torna-se evidente a importância de formular recomendações críticas e

propositivas que possam auxiliar na superação dos desafios enfrentados por nosso sistema educacional. Esses instrumentos têm o potencial de promover melhorias significativas na alfabetização e no letramento, mas para que isso ocorra de forma efetiva, é necessário repensar suas práticas, objetivos e impactos.

É fundamental, por exemplo, que as avaliações sejam utilizadas não apenas como um diagnóstico pontual, mas como um elemento integrador no planejamento pedagógico. Isso significa que os resultados obtidos devem servir como base para reorientar práticas nas escolas, tanto no âmbito da gestão quanto no dia a dia da sala de aula. Muitas vezes, as informações trazidas por essas avaliações acabam sendo reproduzidas apenas como números ou *rankings*, sem desdobramentos práticos que resultem em mudanças reais. Recomenda-se, portanto, a criação de um diálogo mais ativo entre as equipes escolares e os órgãos responsáveis pelas políticas educacionais, para que os dados coletados se traduzam em ações concretas de melhoria.

Outro ponto crítico é o impacto das avaliações na prática pedagógica dos professores. Apesar de a ANA e a Prova Brasil terem como objetivo mapear os avanços e dificuldades dos estudantes, os resultados nem sempre são acompanhados de iniciativas que capacitem os docentes para enfrentar os desafios apontados. É urgente que sejam ofertados programas de formação continuada que ajudem os professores a interpretar os dados e a adaptar suas metodologias de ensino. Além disso, essas formações devem ser contextualizadas, considerando a diversidade cultural e socioeconômica do país, para que as práticas pedagógicas sejam inclusivas e eficazes.

A inclusão, aliás, é uma questão central. As avaliações precisam ser repensadas para que todos os estudantes, independentemente de suas condições, possam participar de maneira significativa. Embora legislações como a portaria do INEP assegurem recursos de acessibilidade, como provas ampliadas e tempo adicional para alunos com deficiência, a inclusão deve ir além desses aspectos formais. É necessário garantir que a preparação para essas avaliações e o ensino cotidiano sejam adaptados às necessidades específicas de cada aluno. Isso significa incorporar práticas que valorizem a diversidade e promovam um sentimento de pertencimento entre todos os estudantes.

Para que esses objetivos sejam alcançados, as escolas precisam ser fortalecidas enquanto comunidades educativas. Isso requer uma mudança na cultura escolar, que muitas vezes prioriza a competição entre instituições, relegando a um segundo plano o desenvolvimento integral dos estudantes. O foco excessivo nos rankings e na comparação de resultados pode gerar pressões desproporcionais sobre os alunos e professores, desviando a atenção do objetivo principal das avaliações: a melhoria da qualidade do ensino. É crucial adotar uma abordagem mais colaborativa, onde escolas compartilhem boas práticas e recursos para enfrentar desafios comuns.

Além disso, os fatores externos que influenciam o desempenho dos alunos devem ser levados em consideração de forma mais sistemática. O ambiente familiar, as condições socioeconômicas e o acesso a recursos educacionais são variáveis determinantes na formação de habilidades de leitura e escrita. Assim, recomenda-se o fortalecimento de políticas públicas que atuem nessas áreas, como programas de incentivo à leitura no ambiente doméstico e iniciativas que combatam a evasão escolar em comunidades mais vulneráveis. Parcerias entre escolas, famílias e comunidades podem ser um caminho promissor para criar uma rede de apoio que favoreça o aprendizado.

Outro aspecto que merece atenção é a validação e o uso dos dados obtidos pelas avaliações. Para garantir que os resultados reflitam com precisão a realidade das escolas, é necessário que os dados sejam analisados de maneira contextualizada, considerando os fatores históricos, sociais e culturais que influenciam o desempenho dos alunos. A triangulação dos dados com outras fontes e métodos de avaliação pode aumentar a robustez dos diagnósticos e evitar generalizações inadequadas.

Enfim, é imprescindível uma mudança no olhar sobre as avaliações em larga escala, para que deixem de ser vistas apenas como um instrumento de regulação e supervisão e passem a ser encaradas como ferramentas de promoção e desenvolvimento educacional. Isso requer um compromisso coletivo, envolvendo gestores, educadores, estudantes, famílias e a sociedade em geral, em um esforço conjunto para transformar os desafios apontados pelas avaliações em oportunidades de crescimento.

4 CONCLUSÃO

As avaliações em larga escala têm um papel estratégico na educação brasileira, mas seu impacto depende da forma como são utilizadas e integradas ao contexto escolar. É preciso garantir que elas sejam instrumentos de inclusão, reflexão e melhoria contínua, e não apenas mecanismos de controle e competição. Com um uso mais consciente e humanizado dessas ferramentas, podemos não apenas medir, mas efetivamente transformar a realidade da alfabetização e do letramento em nosso país, proporcionando uma educação mais equitativa e de qualidade para todos.

Procuramos apresentar, aqui, uma singela análise sobre as avaliações em larga escala no Brasil, com foco na Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) e na Prova Brasil. Ao destacar suas estruturas, objetivos e métodos de aplicação, buscamos fornecer um panorama sobre a importância desses instrumentos para diagnosticar o desempenho educacional e orientar políticas públicas. Contudo, ao mesmo tempo que reconhecemos o potencial dessas avaliações em promover melhorias na educação, também evidenciamos contradições e limitações que colocam em questão sua eficácia.

Uma das críticas centrais refere-se ao fato de que os resultados das avaliações, apesar de produzirem dados em grande escala, podem não refletir fielmente a realidade de cada escola ou aluno. A prática de divulgar resultados com base em médias institucionais ignora as particularidades dos estudantes e das condições específicas de cada unidade escolar. Assim, as avaliações podem mascarar desigualdades e fragilidades, contribuindo para perpetuar um modelo que prioriza números e rankings em detrimento de análises mais aprofundadas e contextualizadas.

Destacamos também o impacto das avaliações na vida dos professores e alunos. Buscamos, neste texto, apontar que notas consideradas baixas frequentemente resultam em pressões desproporcionais sobre os docentes e em uma categorização negativa das escolas, sem considerar as múltiplas variáveis que afetam o desempenho, como condições socioeconômicas e metodologias de ensino inadequadas. Essa abordagem pode reforçar uma cultura de

responsabilização que desconsidera os contextos mais amplos e os desafios estruturais enfrentados pela educação pública no Brasil.

Evidenciamos a questão do formato das avaliações e a falta de preparação dos alunos para enfrentar esse tipo de prova. Isso reflete um desalinhamento entre o que é ensinado em sala de aula e o que é exigido nos exames. A ausência de práticas pedagógicas que preparem os estudantes para compreender as questões e os formatos aplicados é um obstáculo significativo que precisa ser enfrentado, para que as avaliações cumpram seu propósito formativo.

A crítica mais contundente, no entanto, reside na instrumentalização dos resultados para fins que nem sempre estão alinhados à melhoria do ensino. O uso dos dados para categorização ou distribuição de benefícios pode desvirtuar o propósito original das avaliações, promovendo competições entre escolas em vez de fomentar uma cultura de colaboração e crescimento coletivo. Essa perspectiva tende a acentuar desigualdades e criar uma falsa noção de meritocracia, sem abordar as reais necessidades das comunidades escolares.

Concluimos, assim, ainda que tenhamos de lidar com as limitações inerentes a um trabalho de conclusão de curso de graduação, que as avaliações em larga escala, como a ANA e a Prova Brasil, possuem um papel importante no diagnóstico da educação pública, mas sua aplicação e interpretação carecem de uma abordagem mais humanizada e contextualizada. É muito importante que essas ferramentas sejam acompanhadas de análises detalhadas e ações concretas que contemplem as especificidades de cada escola e aluno. Além disso, é necessário repensar a lógica dos rankings e das médias institucionais, buscando uma avaliação que vá além dos números e que efetivamente promova transformações no processo ensino-aprendizagem. Apenas com um olhar crítico e inclusivo será possível utilizar o potencial dessas avaliações para construir uma educação pública mais justa e de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira. **Prova Brasil**. Brasília: 2011. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/downloads/livretos/livreto_2011.pdf Acesso em: 27/10/2024

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira. **Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA)**: documento básico. Brasília: 2013. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/2013/livreto_ANA_online.pdf Acesso em: 27/10/2024

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira. **Portaria nº 468, de 19 de setembro de 2014**. Disponível em <https://diariofiscal.com.br/ZpNbw3dk20XgIKXVGacL5NS8haloH5PqbJKZaawfaDwCm/legislacaofederal/portaria/2014/inep468.htm> Acesso em: 2/11/2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CECHINEL, André et al. Estudo/análise documental: uma revisão teórica e metodológica. **Criar Educação**, v. 5, n. 1, 2016.

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa. In: H. GÜNTHER, (Org.). **Tópicos de metodologia qualitativa**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006. p. 202-203.

LOCKMANN, K.; MACHADO, R. B. Invisibilidades na Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA): os alunos com deficiência e o trabalho docente. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 31, n. 63, p. 879–892, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/33090>. Acesso em: 16/10/2024.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 2. ed. São Paulo: EPU, 1986.